

BREVE ANÁLISE DOS MOTIVOS DA ANEXAÇÃO DA CAPITANIA DA PARAÍBA¹

André Cabral Honor²

Durante o período que vai de 1755 a 1799, a capitania da Paraíba esteve anexada à capitania de Pernambuco, perdendo assim a sua autonomia. Vários fatores, internos e externos, influenciaram a decisão do rei de Portugal, Dom José I, a tomar tal atitude. Através da análise de alguns documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e do estudo da bibliografia disponível sobre o assunto, o presente artigo procura levantar diversos pontos, convergentes e divergentes, que venham explicar os motivos que levaram à anexação³.

No período anterior à invasão holandesa, a Capitania da Paraíba possuía dezoito engenhos em funcionamento, contudo isso não significa que a economia açucareira local fosse autônoma, visto que a implantação da mesma se apresentava não só como forma de colonização do território, mas sim como um prolongamento da manufatura do açúcar da Capitania de Pernambuco. Apesar deste fato se apresentar de diversas formas, a Paraíba, em nenhum momento, conseguiu se desvencilhar da dependência de Pernambuco, demonstrando a volátil base de sua economia açucareira.

Após a expulsão dos Holandeses das Capitânicas do Norte, em 1654, a Paraíba se encontrava arrasada economicamente, devido ao prolongado conflito, e com parte dos engenhos, principal fonte de renda neste período, destruídos. Vale lembrar que não foi só a guerra, no seu significado bélico, em si, que ocasionou essa situação: muitos senhores de engenho destruíram seus estabelecimentos por se negarem a trabalhar para uma companhia de comércio. Desde então, a economia açucareira da Capitania, que já era de caráter complementar à de Pernambuco, não conseguiu se recompor, enfrentando crises seguidas advindas dos mais diversos fatores.

Segundo as fontes analisadas, um dos grandes problemas enfrentados pelos engenhos paraibanos era a inconstância do clima da região, que castigava a várzea do rio com secas

¹ Pesquisa desenvolvida sob a orientação da Prof^ª Dra. Regina Célia Gonçalves durante a disciplina de História da Paraíba I. Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Análises e Reflexões sobre a América Portuguesa”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Graduando em História pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador bolsista PIBIC-UFPB/ CNPq no projeto *Aldeamento, Igreja, Ruína: uma arqueologia histórica de Nossa Senhora de Nazaré do Almagre (1589-2004)*, sob orientação da Prof^ª Dra. Carla Mary S. Oliveira. E-mail: <falanariga@bol.com.br>.

³ Os documentos analisados estarão com suas referências em códigos, cuja designação é: AHU – Arquivo Histórico Ultramarino; ACL – Administração Central; CU – Conselho Ultramarino; 014 número da série Brasil - Paraíba; Cx. – Caixa (1 a 50); D. – Documentos. Duas referências bibliográficas servirão de bases para este trabalho: “A Paraíba na crise do século XVIII: Subordinação e Autonomia (1755-1799)”, da professora Elza Régis de Oliveira, editado em 1985; e a tese de doutorado não-publicada “Colonialismo em ação: Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)”, do professor Mozart Vergetti de Menezes.

e cheias. Em 1712, o então capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, descreve os problemas causados pela seca entre os anos de 1710 e 1712:

Em o anno de 1710 para o de 1711, houve huma seca, a mais terrivel que se lembram os moradores desta capitania de que morreo muitos milhares de gado (...) e a mesma seca que houve no pellos certos, houve por baixo pellos canaviaes, e os demais delles arderão, e as plantas secarão no que tiverão grandíssima perda os contratadores daquelle anno. Continuou o de 1711 para o de 1712 a mesma seca, não nos certões, mas nos canaviais (...) ⁴

Tempos depois, em 1725, em carta ao rei, o Provedor da Fazenda Real da Paraíba, Salvador Quaresma Dourado, fala de uma nova seca que assolou a região:

(...) como tão bem por que em todo o dito tempo não se fizerão em todos os emgenhos desta capitania nenhuma caixa de assucar, por causa da grande seca que tem ávido, que matou todas as lavouras, (...) ⁵

Em outros momentos, o problema era a cheia dos rios, que arrasava plantações e engenhos, matando pessoas e gado, como se pode perceber na carta do capitão-mor da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, em 1729:

Sucedendo haver repetidas chuvas nos sertoe não mais distantes veyo huma chea, tão repentina e extraordinaria que inundou as varges desta capitania, detruhiu Engenhos, mattou gados, e bestas, e levou a maior parte das caxas dos moradores della, não deixando mais que as poucas que sobre sy trazias (...) ⁶

E o capitão-mor continua a descrever as mazelas e os problemas causados aos moradores da Capitania, em virtude de tal evento. Oliveira, em seu livro *A paraíba na crise do século XVIII*, relaciona as intempéries com a queda na produção do açúcar, porém, excetuando-se o já citado documento de 1725⁷, todos os outros analisados falam em perda da produção, o que não significa uma inexistência total da mesma. Esse fato nos leva a crer que a crise da Capitania não estava ligada a falta de açúcar, que obviamente apresentava uma queda significativa no período de tais calamidades. O problema estava no escoamento da produção para a metrópole lusitana, em função de não se encontrarem navios no porto da Paraíba, o que prejudicava também a arrecadação da dízima⁸.

Em carta de 1722, o capitão-mor da Paraíba, João de Abreu Castel e Branco, expõe o problema da falta de navios que dificulta não só o escoamento da produção mas, inclusive, a própria obtenção de gêneros necessários ao desenvolvimento da capitania da Paraíba:

⁴ AHU_ACL_CU_014, Cx. 4, D.329.

⁵ AHU_ACL_CU_014, Cx. 6, D.481.

⁶ AHU_ACL_CU_014, Cx. 7, D.606.

⁷ AHU_ACL_CU_014, Cx. 6, D.481.

⁸ Imposto de 10% cobrado sobre a importação de produtos.

(...) esta capitania he naturalmente fértil de todos os gêneros que costuma produzir a América, e não faltam moradores que possam tratar da cultura delles; se achão com tudo reduzidos a huma situação miseravel pobre por que, como a frequencia do comercio he a que enriquece as povoaçõins marítimas faltando este aqui há muitos annos,(...)⁹

Em outro trecho da mesma carta percebe-se que a produção, por menor que fosse, existia. Porém, esta não tinha como sair da Paraíba, o que prejudicava a economia açucareira:

(...) e assim estão os engenhos tão mal assistidos, que os que em outro tempo fazião em huma safra duzentas caixas de assucar não tiram hoje a quarta parte. E ficando ainda estas sem sahida, se faz cada vez mayor, e mais irremediavel o danno. (...) e por outra não tem tido sahida os ditos gêneros por passarem muitos annos sem que embarquem navios neste porto (...). Daqui nasce huma continua extração da moeda desta capitania para a de Pernambuco a donde he necessario irem buscar com mayor despeza os gêneros de que cá se necessita (...)¹⁰

Em 1725, na mesma carta já citada, o Provedor da Fazenda Real da Paraíba, Salvador Quaresma Dourado, fala da ausência de navios no porto da Paraíba, em função de não haver produção na capitania: "(...) Por não ter vindo a este porto navio algum desde a frota que foi do anno passado (...)"¹¹

Apesar do documento declarar explicitamente que não foi produzida nenhuma caixa de açúcar durante todo o ano, acontecimento no mínimo duvidoso, devemos lembrar que o Provedor da Fazenda Real está justificando o não envio do pagamento de uma dívida em açúcar, o que pode estar nos indicando que o fato relatado não é de todo verdadeiro.

É bastante clara a crise permanente em que se encontrava a economia açucareira na capitania da Paraíba, com constantes variações do nível produtivo. Contudo, a crise econômica não está única e diretamente ligada à produção, mas sim inserida num âmbito mais geral.

A falta de escravos, decorrente da alta de seu preço em função da concorrência com os mercadores das minas, que faziam a compra em ouro, é outro problema a ser enfrentado pelos produtores de açúcar e cultivadores de cana. Na já referida carta de 1722 do capitão-mor João de Abreu Castel e Branco, ele comenta os problemas advindos de tal situação:

(...) O negocio da costa da Mina infestado pellos piratas e insultado pellos Holandezes tem subido o preço dos negros a tanta exorbitancia, que não tem proporção o custo delles com o lucro do seu trabalho(...) nas Minas se comprão fiado por todo o preço, para que cavando ouro possam render a seus donos o principal do que custão; o que só lá pode ser; e como das mesmas Minas vem muitos compradores a todos os portos do Brasil, cada dia alterão seus preços de sorte que aos senhores de engenho nem lhe tem conta os comprallos, nem podem conservar sem negros as suas fabricas (...)¹²

⁹ AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D.392.

¹⁰ AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D.392.

¹¹ AHU_ACL_CU_014, Cx. 6, D.481

¹² AHU_ACL_CU_014, Cx. 5, D.392

A partir de 1723, a arrematação da dízima, até então feita na própria capitania, foi incorporada, através de um decreto real, à provedoria de Pernambuco, na qual “independentemente do valor alcançado na arrematação, a provedoria pernambucana devia remeter, anualmente, vinte mil cruzados – oito contos de réis – para a congênera paraibana”¹³.

O que deveria ser uma solução para a crise na capitania, acabou por acelerar a sua derrocada, acirrando os conflitos existentes entre as elites dessas capitanias. Ao jogar a Provedoria da Paraíba nas mãos de Pernambuco, o reino português, acabou por criar uma dependência formal da capitania da Paraíba à capitania de Pernambuco. A inconstância do pagamento, tanto parcial como total, da dízima pela Provedoria da Fazenda de Pernambuco, vem a agravar a situação da capitania da Paraíba. Inúmeras são as reclamações referentes ao não cumprimento desse decreto:

Os sem mil cruzados que provedoria de Pernambuco resta dever a desta do alcance da graça concedida dos vinte mil cruzados da dízima da consinação aplicada para semelhantes obras ainda que tenham efeito de se arrecadar / o que duvido/ não chegarão para reparo ao menos da dita fortaleza (...)¹⁴

A crise econômica em que a capitania da Paraíba se encontra no período imediatamente anterior à anexação é evidente, porém, tal decisão não se explica convincentemente por tal motivo. Em um documento de 1744¹⁵, onze anos antes da anexação oficial, os oficiais da câmara da Paraíba já demonstram sua preocupação com a notícia da anexação. E, em um tom ufanista, falam dos problemas que decorrerão de tal ato e da vontade da elite pernambucana de fazer tal anexação.

O porquê de tal interesse de Pernambuco em uma capitania economicamente arrasada, nos parece estar nos primórdios de sua colonização. De acordo com Gonçalves:

Os descendentes dos grupos vinculados à família de Duarte Coelho, dentre eles, por exemplo, os Albuquerque, tornaram-se sesmeiros e senhores de engenhos e ocuparam a maior parte dos cargos e ofícios distribuídos pela administração colonial na Paraíba. Isso porque, em Pernambuco, as principais várzeas de açúcar, que começaram a ser povoadas na década de trinta do século XVI já estavam totalmente loteadas no final do século, assim como os postos da burocracia. Enquanto isso, as terras novas, e intocadas pela cana, da várzea do Paraíba, eram a oportunidade para o estabelecimento e o enriquecimento daqueles que provenientes da capitania vizinha, eram filhos mais novos sem a possibilidade de herdarem a terra (...).¹⁶

Esta situação se desconfigura com a invasão holandesa e a posterior querela dos engenhos. Grande parte da elite local desliga-se de Pernambuco, o que lhe proporciona

¹³ MENEZES, 2005, p.172.

¹⁴ AHU_ACL_CU_014, Cx. 13, D.1120

¹⁵ AHU_ACL_CU_014, Cx. 13, D.1084

¹⁶ GONÇALVES, 2003, p. 251.

uma maior autonomia permitindo que estas se afirmem como camada independente da elite da capitania de Pernambuco. Contudo, o interesse da elite pernambucana nessas terras e nos cargos que aqui se achavam nunca deixou de existir, como se faz presente no referido documento. A Paraíba era uma possibilidade de expansão da agromanufatura açucareira pernambucana, e que, apesar da crise, mostrava-se como um potencial de desenvolvimento econômico representado pelo tripé: produção, impostos e cargos. Além do mais, a crise do litoral não se estendia para o sertão da capitania, já que o desenvolvimento da pecuária e o negócio do aprisionamento de indígenas, se estabeleciam como valiosas fontes de renda para a Capitania da Paraíba, atividades estas em que Pernambuco possuía uma implícita participação, a qual será analisada mais adiante.

Em uma carta de 15 de outubro de 1744, os oficiais da câmara defendem a fidelidade da capitania da Paraíba, em contraste à Pernambuco, que não é uma capitania confiável.

He certo que sempre se conservou este governo isento do de Pernambuco, com huma tal fedellidade, como se experimentou nas soblevassões e desordens que houve na dita capitania que envolvendo nelle as que a ellas herão sogeitas não o poderão conseguir com esta; porque como isenta de sua jurisdicção, lhe foi fácil o conservasse em paso sem que a pudessem arguhir de desobedientes e assim reconhecidos por Vossa Majestade de muy onrrador e fieis vassallos como se vê da copea junta da carta que Vossa Majestade naquelle tempo se dignou escrevernos (...).¹⁷

A câmara se refere, implicitamente, à guerra dos mascates, na qual os mazombos da cidade de Recife pediam a independência da capitania; enquanto que a Paraíba sempre esteve ao lado do rei, ou seja, nunca houve aqui nenhuma revolta que visasse a separação de Portugal. Em documentos posteriores à anexação¹⁸, os oficiais da câmara da Paraíba continuam a insistir na fidelidade dos moradores da Paraíba em contraposição à desobediência dos moradores da capitania de Pernambuco.

Na já referida carta de 15 de outubro de 1744¹⁹, os oficiais da câmara acrescentam ainda o fato que a Paraíba tinha a condição de capitania real, e seria incoerente atrelá-la a uma capitania de donatário como a de Pernambuco. E, apesar da Vila de Olinda ser mais antiga do que a Cidade da Paraíba, o documento fala: “E tendo outro si essa cidade pella sua antiguidade de superioridade a de Olinda de Pernambuco, não pairesse conveniente que fique essa mais antiga, sojeita a de Pernambuco (...).”²⁰ Isso porque a fundação da cidade Filipéia de Nossa Senhora das Neves data de 1585, enquanto que a elevação de Olinda ao foro de cidade só veio ocorrer em 1637, apesar desta já ser uma vila desde 1537.

¹⁷ AHU_ACL_CU_014, Cx. 13, D.1084

¹⁸ AHU_ACL_CU_014, Cx. 13, D.1494; AHU_ACL_CU_014, Cx. 13, D.1495

¹⁹ AHU_ACL_CU_014, Cx. 13, D.1084

²⁰ AHU_ACL_CU_014, Cx. 13, D.1084

Oliveira cita ainda um documento datado de 1730, em que o então governador de Pernambuco pede a anexação da capitania da Paraíba. Porém, a autora não especificou de onde este provinha, nem a sua tipologia, o que nos impediu de verificar mais a fundo este dado²¹. Considerando a existência deste documento e a veracidade do relato da autora, percebemos que o interesse nas terras da Paraíba provém de uma data bem anterior à anexação.

Ao analisarmos o contexto político existente na Europa, principalmente em Portugal, podemos perceber que essa tendência centralizadora não é algo pontual, mas está inserida num contexto global. Em Portugal, a ascensão do marquês de Pombal para a Secretaria de Negócios Estrangeiros, pôs em prática uma política de centralização do Estado no sentido de não permitir “a ausência do poder do governo, inflexível, atento, por vezes torturante”²².

No Brasil, a política pombalina terá diversas conseqüências diretas e indiretas, dentre elas, podemos elencar, como conseqüência indireta, a anexação da Capitania da Paraíba. Com o intuito implícito de esvaziar o poder das elites locais, foi adotada uma série de medidas, que iam desde a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro, até a anexação de capitanias e a criação de outras. Além disso, fomentou-se o aparelho burocrático do Estado, implantando uma política racionalizadora, acabando com o sistema de mercês e privilégios, fato que iria afetar diretamente a elite canavieira da capitania da Paraíba que, apesar de estar em franca decadência econômica, ainda detinha uma forte importância política e social.

Chegamos, então, a um ponto chave da questão, não era só a elite de Pernambuco que desejava a anexação, mas também parte de uma elite paraibana em ascensão, esta formada pelos criadores de gado do sertão que, apesar de nesse momento se sobrepujarem economicamente, não tinham acesso à política. Nesse contexto, a anexação da capitania a Pernambuco significava, para eles, a possibilidade de uma ascensão político-social que se expressava numa maior participação dessa elite na câmara dos oficiais.

Além da questão político-social, a anexação representava um barateamento do escoamento da produção já que esta se realizava através do porto de Pernambuco, o que acarretava o pagamento de taxas alfandegárias no cruzamento das fronteiras entre as capitanias. Com a anexação, essas taxas alfandegárias deixariam de existir, e o comércio poderia se desenvolver livremente, sem recorrer, como era de costume, ao contrabando. Rodrigues, ao tratar da interiorização da agropecuária fala que esta “cria uma rede de conexões que, através de mecanismos dos mais variados, isola a capital e cerceia o seu papel de intermediação comercial”²³.

²¹ OLIVEIRA, 1985.

²² HOLANDA, 1985. p.327.

²³ FERNANDES, 1991. p.34.

Na manhã do feriado de Todos os Santos, 1º de novembro de 1755, Lisboa foi sacudida por um fortíssimo terremoto que durou de seis a nove minutos e ao qual seguiram-se uma *tsunami* e um incêndio devastadores. Mais do que nunca, a política pombalina de racionalização do Estado e contenção de despesas tornou-se imprescindível e urgente, pois era necessário reconstruir a capital do vasto Império. Esse fato, provavelmente, acelerou e até mesmo tornou inevitável o processo de anexação da capitania da Paraíba.

Finalmente, menos de dois meses após o terremoto de Lisboa, através de uma Resolução Real datada de 29 de dezembro de 1755, extinguiu-se o governo independente da Paraíba, anexando-a a Pernambuco. A capitania perdia, assim, sua autonomia, num jogo de interesses que envolvia tanto a conjuntura política portuguesa de fins do século XVIII como também a elite pertencente à capitania de Pernambuco, as elites litorânea e interiorana da Paraíba, a crise econômica vivenciada pela agromanufatura açucareira da capitania e a ascensão econômica do sertão da Paraíba. Ao analisarmos tal fato da história paraibana é importante observarmos todas as questões e fatores aqui levantados brevemente, seja para confirmá-los através de um estudo mais aprofundado das fontes, ou, até mesmo, refutá-los, sugerindo novas hipóteses.

Acredito que disso é feita a História: de questionamentos e suposições fundadas, que nos levem a desenvolver um pensamento crítico em relação ao nosso processo histórico. Dessa forma, podemos conhecer melhor a conjuntura em que estamos inseridos, possibilitando a sua transformação em uma realidade mais justa, através da criação de uma sociedade em que as diferenças não sejam vistas como fatores de exclusão, mas sim como potenciais a serem desenvolvidos.

BIBLIOGRAFIA:

CARVALHO, Laerte Ramos de Carvalho. *As reformas pombalinas da Instrução Pública*. São Paulo: Saraiva, 1978.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. *Comércio e subordinação: a associação comercial da Paraíba no processo histórico regional – 1889/1930*. João Pessoa: Editora Universitária, 1991.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva. *Capitania real da Paraíba: Bases históricas de sua formação econômica (1574-1799)*. *Textos NDIHR-UFPB*, João Pessoa, NDIHR, n. 25, 1991.

GONÇALVES, Regina Célia. *Guerra e açúcares*. Política e economia na capitania da Paraíba 1585-1630. São Paulo, 2003, Tese de Doutorado/FFLCH/USP (Departamento de História).

Grande Enciclopédia Larousse Cultural. Volume 24. São Paulo: Universo, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História geral da civilização brasileira*. A época colonial. 2º volume. 6. ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

MENEZES, Mozart Vergetti de; OLIVEIRA, Elza Régis de; e LIMA, Vitória Barbosa (organizadores). *Catálogo dos documentos manuscritos referentes à capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação*. Fiscalismo, Economia e sociedade na capitania da Paraíba (1647-1755). São Paulo, 2005, Tese de Doutorado/FFLCH/USP (Departamento de História).

OLIVEIRA, Elza Régis de. *A Paraíba na crise do século XVIII*. Subordinação e autonomia (1755-1799). Fortaleza: BNB, 1985.

RESUMO:

O trabalho tem como objetivo principal fazer uma breve análise dos motivos, personagens e contexto histórico, que levaram o então rei de Portugal D. José I, em 29 de dezembro de 1755, a extinguir a Capitania da Paraíba e colocá-la sobre a jurisdição da Capitania de Pernambuco, perdendo assim, por quase 44 anos, sua autonomia, reafirmando a dependência, principalmente econômica, da Capitania da Paraíba à Pernambuco. Através da análise de alguns documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, e dos trabalhos desenvolvidos por Elza Régis de Oliveira em seu livro "A Paraíba na crise do século XVIII", e a tese de doutorado de Mozart Vergetti de Menezes intitulada "colonialismo em ação", percebemos o jogo de interesses existentes na anexação da Paraíba, que tem como fundamento para tal fato o tripé composto por: produção, impostos e cargos. Este trabalho foi desenvolvido durante as aulas de História da Paraíba I, do Curso de História da Universidade Federal da Paraíba, com a orientação da professora Dr^a Regina Célia Gonçalves, no ano de 2005.

ABSTRACT:

This paper was developed by André Cabral Honor within Paraíba History I classes, in the undergraduate History course at Universidade Federal da Paraíba, during the year of 2005, with the orientation of professor Regina Célia Gonçalves, PhD. Its main goal is to make a brief analysis of the reasons, the characters and the history context, that takes the king of Portugal D. José I, in december 29 of 1755, to extinguish the Paraíba Captainty and put its under the control of Pernambuco Captainty, losing for almost 44 years its autonomy, reaffirming the dependence, principally economic, of Paraíba Captainty on Pernambuco.